

Desafios e potencialidades das moedas complementares: explorando sua utilização e significado para o desenvolvimento

RESUMO

O objetivo deste artigo é apresentar o uso das moedas sociais como potenciais mecanismos de desenvolvimento local. A partir de várias experiências de uso de moedas sociais e complementares no mundo, focamos as moedas sociais dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento – BCDs no Brasil para detalhar o modo de funcionamento do circuito monetário local. As informações e as análises aqui empreendidas se basearam numa ampla revisão de literatura e análise documental, bem como em uma pesquisa etnográfica em janeiro de 2012. Nossa reflexão e pesquisa permite apontar as possibilidades de mudanças e reorganização socioeconômica nos territórios onde se faz uso das moedas sociais. As potencialidades do uso de moedas sociais pelos BCDs no Brasil estão associadas a construção conjunta da oferta e da demanda, onde a oferta e a demanda são planejadas e internamente em espaços públicos de discussão; a um novo tipo de relação com o dinheiro, traduzida na tentativa de restaurar vínculos sociais degradados; e parece ser um mecanismo com utilidade social por sua maneira de atuar e pelos benefícios resultantes de cada experiência.

PALAVRAS-CHAVE: Moeda Social. Desenvolvimento Local. Bancos Comunitários.

Ariadne Scalfoni Rigo

ariadnescaltoni@gmail.com

Professora no Programa de Pós-Graduação em Administração.

Airton Cardoso Caçado

airtoncardoso@yahoo.com.br

Professor no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional.

Jeová Torres Silva JR

jeovatorresjr@gmail.com

Professor no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Gestão Social.

INTRODUÇÃO

De acordo com Nunes (2001, n.p), as moedas sociais não são inovadoras, pois “[...] as trocas desde os tempos primitivos foram praticadas entre os homens e mulheres [...]”. O cerne da questão colocada é que a moeda foi recriada nestes espaços que aqui descrevemos com a incorporação da moeda com função social. Os diferentes contextos e usos de moedas sociais e complementares no cenário nacional e internacional têm estimulado estudiosos na busca da compreensão das especificidades de cada experiência e das características concernentes ao um movimento que parece existir em prol do uso de moedas sociais como instrumento de desenvolvimento local ou de contextação político-ideológica.

Economistas, antropólogos, sociólogos e estudiosos no campo da economia social e solidária de modo geral se debruçam sobre este intenso movimento, buscando identificar semelhanças e diferenças no que diz respeito aos objetivos, atores envolvidos, esquemas (design do circuito) e modos de gestão destes circuitos monetários alternativos (Soares, 2006; Menezes, 2007; Lietaer e Kennedy, 2010; Freire, 2009 e 2011; Schroeder, Myiazaki e Fare, 2011; Martignoni, 2012). No entanto, permanece ainda em aberto, a questão: quais são os efetivos resultados do uso de moedas sociais nos processos de desenvolvimento dos territórios onde elas circulam?

Algumas denominações são atualmente usadas para indicar o uso de moedas ou circulantes locais restritas a um grupo, um bairro, uma cidade ou região. A denominação de caráter mais geral é “moeda complementar” (ou moeda paralela), usada em vários países do mundo. No entanto, essa denominação tipicamente diz respeito a um conjunto diversificado que inclui moedas com fins comerciais lucrativos, como os bônus de empresas para fidelização de clientes, e mesmo as divisas estrangeiras existentes em um país (Blanc, 1998). Na Europa, recentemente o termo “social” (ou “comunitário”) tem sido adicionado – moeda complementar e social ou moedas complementares comunitárias (ou locais). A utilização destes termos acaba restringindo esse universo e desconsidera as reservas estrangeiras e os tipos de moedas com fins comerciais e privados. Atualmente, existe uma tendência em adotar a denominação “moeda cidadã”, principalmente na França, no intuito de melhor especificar um conjunto de moedas com fins sociais, ecológicos, culturais associados à política cidadã e à ideia de apropriação da moeda por “pessoas comuns”. Ainda, encontramos o termo “moedas regionais”, principalmente no contexto alemão. Na Espanha e em Portugal, por exemplo, o termo “moeda social” começa a ser usado por influência dos *trueques* argentinos e das moedas dos bancos comunitários de desenvolvimento (BCDs) brasileiros. No Brasil, tanto as moedas de clubes de troca quando as de BCDs possuem um forte intuito de transformação social e um caráter de base popular na sua criação e uso. A denominação “moeda social” (ou “moeda social circulante local”) marca, então, a finalidade social do seu uso (mesmo que por via da promoção e do melhoramento econômico) em territórios empobrecidos ou em grupos que buscam alternativas para trocar, produzir ou consumir. Segundo Oliveira Correia e Gomez (2018) a moeda social, ao lado de iniciativas que promovam a inclusão social, tais como práticas de formação de redes de comércio justo, cooperativas de alimentos, plataformas de negociação e permuta; pode ser

considerada como uma inovação social que tem o potencial de desenvolver e promover o consumo sustentável.

O objetivo deste artigo é apresentar o uso das moedas sociais como potenciais mecanismos de desenvolvimento local. Partimos de duas questões orientadoras: o que são as moedas sociais e para que estão servindo? A partir daí, traçamos um caminho que acreditamos permitir refletir sobre as possibilidades de mudanças e reorganização socioeconômica nos territórios onde delas se faz uso. Nesse sentido, estruturamos este artigo da seguinte forma: a) primeiro, identificamos na literatura e em fontes secundárias de informações diferentes experiências da criação e uso de moedas sociais em outros países; e b) em seguida, apresentamos as experiências de uso de moedas sociais no Brasil focando as moedas sociais dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs); c) feito isso, detalhamos o modo de funcionamento destas moedas sociais para, em seguida; d) refletirmos como o uso destas moedas sociais podem ser vistos como mecanismos de desenvolvimento local.

Este artigo é parte de um trabalho mais amplo, no âmbito de uma tese de doutorado que mapeia e analisa as moedas sociais no Brasil e que contou com procedimentos metodológicos diversificados (etnografia, *survey* e análise de redes). Neste trabalho, nos centramos no modo de funcionamento das moedas sociais dos BCDs enquanto mecanismos de desenvolvimento local. Com este intuito, realizou-se primeiramente um mapeamento com base em fontes secundárias, como publicações acadêmicas, *sites*, jornais e relatórios. Nesse processo, o acesso ao relatório completo do I Encontro Internacional de Atores de Moedas Sociais e Complementares, realizado em Lyon, em fevereiro de 2011 (*Faire Mouvement: synthèse des débats*, 2012) foi fundamental. No entanto, foi possível também obter fontes primárias por meio da participação da segunda versão deste encontro em Haia na Holanda, em junho de 2013. Outra oportunidade encontrada foi conhecer pessoalmente algumas experiências internacionais do uso de moedas complementares, notadamente a *Sol-Violette* em Toulouse e o sistema SOL francês, além de algumas moedas locais na Espanha, reunidas em Sevilha, no encontro *Monedas Locales*, em maio de 2013. Num segundo momento, foi empreendida uma imersão etnográfica no Banco Palmas (Conjunto Palmeiras, Fortaleza/CE) em janeiro de 2012. Esta imersão permitiu entender sua história e a do bairro, o modo de funcionamento da moeda social Palmas (primeira moeda social dos BCDs e que tem inspirado a criação das demais moedas no Brasil).

DESENVOLVIMENTO (RESULTADOS E DISCUSSÕES)

MOEDAS COMPLEMENTARES, REGIONAIS E SOCIAIS: APRESENTANDO CASOS E INTENÇÕES DE USO

Os *Local Exchange Trading Systems* (LETSs) são talvez as experiências de moedas locais mais conhecidas. O primeiro LETS foi criado em 1983, em uma vila do Canadá, por conta de uma crise econômica gerada pela transferência de uma base aérea para outra região (Búrigo, 2002; Menezes, 2007). Neste sistema, pessoas de uma comunidade, bairro ou mesmo região criam uma rede de trocas de serviços e produtos utilizando-se ou não de moeda própria. O mesmo sistema pode funcionar com moeda própria impressa, trocada diretamente entre os

membros, ou por meio de moeda virtual, sob o controle e registro dos créditos e débitos. De acordo com Lietaer (2001 apud Menezes, 2007), mais de 2.500 LETSs estavam espalhados pelo mundo no início do século XXI, sobretudo na Inglaterra e no Canadá. Os *Time Dollars*, por exemplo, se diferenciam dos LETSs por utilizarem a moeda “tempo”. Esse sistema surgiu em 1980, nos Estados Unidos, no intuito de amenizar a falta de certos serviços provocada pelos cortes dos gastos do governo com o bem-estar social (Menezes, 2007; Lietaer e Kennedy, 2010). Neste sistema, a moeda é indexada em horas de serviço e um banco de horas controla os débitos e créditos dos participantes independentemente do tipo de serviço prestado.

As experiências similares aos LETSs canadenses são denominadas SELs (*Systèmes d’Échange Local*) na França. A principal diferença entre os LETSs e os SELs é que nestes últimos se usam, majoritariamente, moedas virtuais (Blanc, 1998; Menezes, 2007; Lietaer e Kennedy, 2010). Os primeiros SELs foram criados a partir de 1994, e hoje estão espalhados em várias cidades francesas. Cada SEL cria sua moeda e seu sistema de trocas. O objetivo destes sistemas é semelhante aos clubes de trocas brasileiros e argentinos: estimular a troca de bens e serviços entre as pessoas. Atualmente, na região parisiense, existem mais de 40 SELs e somam cerca de 465 em toda a França. Na avaliação de Rocard (2010), mais do que a provisão de serviços, que podem ser inacessíveis para alguns membros de um sistema desse tipo, tais “bancos de horas” possibilitam a circulação de conhecimento dentre os quais muitos podem ser revalorizados.

Também na França, o sistema SOL tem se destacado. O SOL é uma moeda complementar, comum a vários territórios franceses, e possui diversas finalidades, pois possibilita não apenas a compra de bens e serviços nas empresas participantes, mas também o intercâmbio de tempo e de conhecimento entre os membros e a valorização e o estímulo de práticas ecológicas, sociais e solidárias. Dentro desse movimento, a moeda *Sol-Violette* tem se destacado e redirecionado o sistema SOL para a criação de moedas sociais localizadas e promoção da articulação entre as diferentes experiências. Criada em Toulouse em 2010, o intuito da *Sol-Violette* é estimular os atores, indivíduos e organizações a consumirem localmente, respeitando a natureza e os seres humanos (*Faire Mouvement*, 2011). A referência à “apropriação cidadã da moeda” é notória no processo de desenvolvimento e de gestão da moeda em Toulouse. Como atesta a atual coordenadora do projeto, “primeiro vem a política cidadã em torno da moeda, depois a questão econômica” (Informação verbal, Entrevista, março de 2012).

Nos países germanófonos (Alemanha, Áustria e Suíça), uma rede de moedas regionais denominada de Movimento Régio foi criada em 2003, no intuito de estimular a troca de experiências entre os diferentes sistemas “régios”. Em 2008, esta rede contava com mais de 63 sistemas de moedas regionais, sendo que 28 estavam em pleno funcionamento e 35 em fase de lançamento e constituição (Lietaer e Kennedy, 2010). Um dos aspectos importantes das observações e pesquisas sobre as moedas complementares é que elas permitem refletir acerca de uma suposta “exclusividade monetária nacional” das economias contemporâneas. De acordo com Blanc (1998, p. 87), “dentro do quadro dos sistemas monetários contemporâneos, as moedas paralelas são suscetíveis de estarem em todo lugar e serem empregadas por todos”. Além disso, muitas vezes, as moedas complementares e sociais são endossadas pelos governos (Blanc, 1998; Colliac, 2005). Por exemplo, as moedas complementares das províncias na

Argentina foram amplamente aceitas nos anos 2000, inclusive pelo Estado Federal. Enfim, há incontáveis exemplos sobre moedas alternativas, cada qual com suas especificidades e surgidas em contextos específicos em resposta a situações também específicas. Esse conjunto amplo de moedas tem se manifestado em diversos países e sob as mais variadas formas, inclusive em países que não passaram por crise financeira ou por algum tipo de recessão econômica (Blanc, 1998; Lietaer e Kennedy, 2010).

Os clubes de trocas são experiências que geralmente usam moedas complementares. Caracterizam-se como grupos pertencentes a uma comunidade que se reúnem para promoverem as trocas de produtos, serviços e saberes entre seus membros. Cada clube se organiza e constrói uma metodologia adequada a sua realidade, definindo, por exemplo, os períodos de reuniões, formas e os instrumentos para mediar as trocas. Sendo assim, constrói-se um “mercado de trocas que conta com a figura dos ‘prossumidores’, participantes que são ao mesmo tempo produtores e consumidores. [...] O sistema favorece ainda a cultura de consumo consciente e fortalece as relações comunitárias” (Brasil, 2019, *online*). No intuito de facilitar as trocas, alguns clubes criam moedas sociais que se tornam o meio de troca como alternativa quando não ocorrem trocas diretas de produtos ou serviços.

A origem destas práticas está na Argentina em 1995 quando um grupo de 23 pessoas, praticamente todas desempregadas, se reuniu em uma garagem na Província de Bernal no intuito de trocar bens e serviços entre si (Carneiro e Bez, 2011). Com instrumentos de gestão e controle bem simples inicialmente, a ideia começou a se difundir rapidamente, aumentando o número de sócios e o número de clubes de troca pelo país. Acabou se tornando uma alternativa, em meio à crise dos anos 2000, e deu origem a uma economia paralela. Para termos uma ideia do contexto argentino na época, antes dos anos 2000, eram 85 clubes; em 2000, alcançaram a marca de 400. Em 2001 e 2002, auge da crise, eram 1.800 clubes de trocas com 800 mil membros e 5.000 clubes com 2 milhões de membros, respectivamente. Mas as várias fraudes, como as relativas aos problemas contábeis e de falsificações de moedas, acabaram por provocar sua descredibilidade e o distanciamento da ideologia solidária que deu origem a eles no país. Atualmente, existem aproximadamente 20 clubes com 4.000 membros, os quais possuem um caráter local e buscam uma integração em rede (*Faire Mouvement*, 2011).

Os clubes de troca brasileiros, no contexto dessa pesquisa, foram diretamente inspirados nos clubes de troca argentinos e canadenses. São também vistos como alternativas encontradas pelos grupos para adquirirem e fornecerem bens e serviços em contextos econômicos difíceis. No Brasil, o primeiro clube de troca foi inaugurado em 1998, em São Paulo, no município de Santo Amaro. Em 1999, surgiu a experiência no Rio de Janeiro, seguida por outras cidades brasileiras, como os clubes de troca da comunidade Ruben Berta, em Porto Alegre; o clube de Jardim Rubilene, em São Paulo; e o Grupo de Economia Popular e Solidária (Geps), em Vitória da Conquista, na Bahia (Menezes e Crocco, 2009). Em novembro de 2001, no bairro Sítio Cercado, em Curitiba, surgiu o primeiro clube de trocas da Rede Pinhão, diretamente influenciado pela experiência argentina. Em fevereiro de 2013, a rede Pinhão em Curitiba contava com 24 clubes (Cefuria, 2013). A moeda utilizada na rede é chamada Pinhão, em homenagem ao fruto da araucária, árvore símbolo da região (Carneiro e Bez, 2011). Em 2004, vários clubes de trocas se

reuniram em Mendes, no interior do Estado do Rio de Janeiro, num encontro que contou com representantes de clubes dos estados das regiões Sul, Sudeste, Nordeste (Bahia), Centro-Oeste (Goiás), Norte (Pará) e do Distrito Federal. Contou também com participantes do México e da Argentina (Brasil, 2019, *on-line*).

MOEDAS SOCIAIS BRASILEIRAS E AS ESPECIFICIDADES DO CIRCUITO NOS BANCOS COMUNITÁRIOS

Os BCDs também têm sua origem em 1998. O primeiro Banco Comunitário de Desenvolvimento brasileiro é o Banco Palmas¹, no bairro do Conjunto Palmeiras, em Fortaleza. Em abril de 2012, existiam 78 BCDs no Brasil e muitos outros estavam em vias de se constituírem. Apesar de não se constituírem como uma novidade, Beatriz *et al.* (2016, p.206), usando a experiência da Feira de Economia Solidária de Curitiba, atentam para o fato que se faz necessário “[...] criar estratégias para que as pessoas compreendam a função de um banco comunitário [...]”. Silva Jr (2016, p.27) apresenta que em 2015 já eram 103 BCDs compondo a Rede Brasileira de Bancos Comunitários, distribuídos em 20 dos 27 estados brasileiros. Outrossim, conforme dados disponíveis no sitio eletrônico do Instituto Banco Palmasi, até 2018 já haviam 114 experiências de BCD constituídas no país, vinculados a Associação iiNacional de Bancos Comunitários de Desenvolvimento².

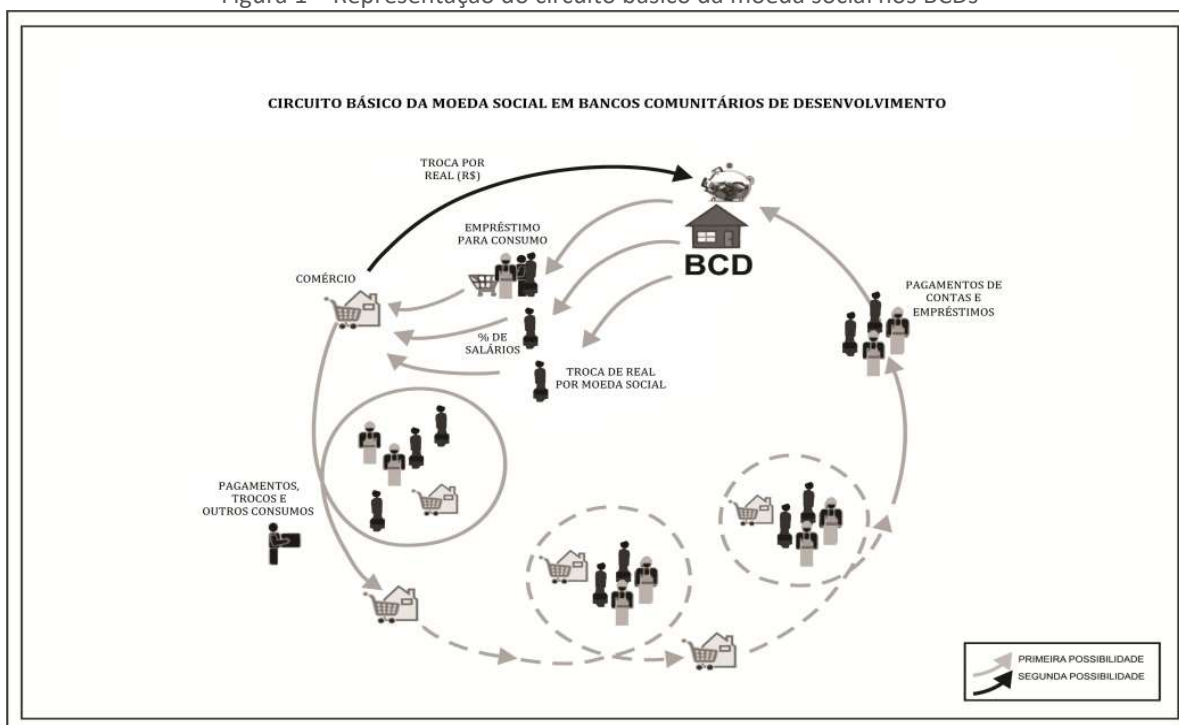
A replicação desta tecnologia social inovadora no campo das finanças solidárias, ocorreu a partir de 2005, pela difusão das experiências em vários estados brasileiros com relativo apoio institucional e governamental (municipal, estadual e federal). Processos avaliativos da implantação e consolidação dos BCDs (SILVA JÚNIOR, 2006, 2007, 2008; NEIVA *et al.*, 2013) atestam que o Banco Comunitário de Desenvolvimento é possuidor de um modelo de atuação que ultrapassa o foco da geração da riqueza econômica monetária para sua manutenção (pelos ganhos com a política de juros) e para os seus clientes (pela obtenção do sucesso ou lucro pessoal a partir do retorno sobre o investimento com o empréstimo tomado), perseguida pela maioria das iniciativas de microcrédito convencional. O BCD é - convencionalmente - portador de outros interesses, que passam pela satisfação e bons resultados obtidos pelos tomadores de crédito de modo particular, mas busca alcançar em definitivo a felicidade com a obtenção de rentabilidade social e benefícios coletivos para o desenvolvimento local.

Destaque-se que a maioria destes apoios governamentais são pontuais e de curto prazo, mas já existiram formas de estímulos diretos aos BCDs e que pretendiam ser sistemáticas, como o fomento da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes/MTE)ⁱⁱⁱ para a constituição da Rede Brasileiras de Bancos Comunitários, entre 2006 e 2014; e, alguns casos, em que legislações específicas normatizam a relação entre o poder público local e o banco comunitário. Contudo, o último apoio de âmbito nacional foi um Edital de 2013 de apoio a finanças solidárias, no qual os BCDs poderiam se inscrever³. Um aspecto relevante a se revelar é que a Rede estabeleceu a adoção de uma moeda social pelo BCD como um dos critérios determinantes para filiação do Banco Comunitário à rede. Sendo assim, o investimento do governo federal brasileiro, por meio da Senaes/MTE, na difusão dos BCDs foi, conseqüentemente, um investimento na criação de novas moedas sociais.

As moedas sociais de BCDs são parte importante de um conjunto mais amplo de ações desses bancos comunitários (que juridicamente são, em sua maioria, associações comunitárias) que envolvem a prestação de serviços bancários e financeiros, incluindo o acesso ao crédito, e uma série de ações na comunidade atreladas a um objetivo maior de desenvolvimento territorial. Nesse sentido, os BCDs são vistos como uma tecnologia social intimamente ligada às estratégias de gestão desse processo de desenvolvimento, tendo na comunidade seus principais protagonistas.

O processo de implementação das moedas sociais nos territórios exige capacidade e criatividade dos BCDs para enfrentar desafios. De modo geral, as atividades giram em torno de sensibilizar moradores e comerciantes locais para que usem e aceitem a moeda social como meio de pagamento. A Figura 1 procura mostrar de forma esquemática como ocorre o processo de circulação das moedas sociais a partir dos BCDs. Em resumo, os usuários aderem ao sistema na medida em que passam a receber empréstimos, parte do salário ou trocam diretamente o Real em moeda social no BCD. De posse das moedas, os moradores as utilizam nos comércios das comunidades que aderiram ao sistema (e são cadastrados pelo BCD). Uma vez que os comerciantes recebem as moedas, utilizam-nas para dar troco ou para comprar mercadorias dentro da comunidade. Ao final desse processo, estabelece-se a rede de produtores, comerciantes, prestadores de serviços e consumidores que usam a moeda social no seu dia a dia complementarmente ao Real.

Figura 1 – Representação do circuito básico da moeda social nos BCDs



Fonte: (Re)elaborado a partir de França Filho, Rigo e Leal (2011).

Importa salientar, ainda, o papel relevante da moeda social na sua condição de tecnologia social apropriada pela comunidade: trata-se do seu potencial em reorganizar as economias locais. Tal reorganização consiste na utilização das “poupanças” dos moradores nas próprias atividades da comunidade. Ou seja, o

consumo e a produção acabam por ser financiados por meio do uso da moeda social, gerando um ciclo de dinamização da economia local. O consumidor que, por motivos diversos, antes ia buscar seus bens e serviços fora da comunidade, é estimulado por uma relação de proximidade a realizar o seu consumo no comércio local. A ideia é que este processo possa potencializar o surgimento de novos postos de trabalho, bem como a criação de novos empreendimentos locais, notadamente familiares e Empreendimentos de Economia Solidária (EES). No entanto, há situações em que os comerciantes, ao receberem a moeda social num ato de consumo (de um tomador de crédito, por exemplo), não encontram possibilidades de abastecerem seu negócio com produtos de dentro da comunidade, encurtando, sobremaneira, o circuito da moeda social. Assim, o incentivo para a criação de novos empreendimentos deve ser constante, apontando também para a importância do estabelecimento de uma rede de empreendimentos.

Em suma, o projeto que orienta os BCDs brasileiros, está diretamente ligado a um processo mais amplo de desenvolvimento local. De acordo com Melo Neto e Magalhães (2009, p.23) os BCDs objetivam, resumidamente, “promover o desenvolvimento de territórios de baixa renda, por meio do fomento à criação de redes locais de produção e consumo, com base no apoio às iniciativas de economia solidária em seus diversos âmbitos”. Nota-se que o desenvolvimento do território como objetivo central, e a economia e a comunidade (relações de reciprocidade e governança coletiva) como as principais vias para que o projeto se concretize. A moeda (e o microcrédito) é o principal instrumento utilizado pelo BCD neste processo, e que depende diretamente tanto das relações econômicas quanto das sociais (comunitárias, de identidade, de confiança, entre outras).

MOEDAS SOCIAIS E DESENVOLVIMENTO LOCAL

A ideia de “local” (hoje mais comumente denominado de territorial) começou a adquirir importância nos assuntos de desenvolvimento, indo desde preocupações com aspectos sociais, até a identificação das peculiaridades de cada espaço a ser desenvolvido (Martinelli e Joyal, 2004). Diretamente relacionada à ideia de desenvolvimento local, está a de comunidade, pois, de acordo com Martinelli e Joyal (2004, p. 53), “o desenvolvimento local reforça as comunidades, dinamizando as suas potencialidades”. Tais potencialidades passaram a se destacar não somente como fontes promotoras do desenvolvimento do local, mas também como forças de onde este desenvolvimento poderia partir. Ou seja, [...] “trata-se de ver como se apresenta esse espaço de intervenção [comunidade, local, ou região], em que os atores ditos locais são chamados a influenciar, o mais que possam, o futuro do meio ao qual pertencem” (Martinelli e Joyal, 2004, p.62).

O desenvolvimento local, neste sentido, possui um caráter fortemente endógeno. De acordo com Ribeiro, Mendonça e Guedes (2002, p. 1), o desenvolvimento local pode ser entendido como “o processo endógeno de mobilização de energias sociais em espaços de pequena escala que implementam mudanças capazes de elevar as oportunidades sociais, a viabilidade econômica e as condições de vida da população”. Buarque (1999) e Llorens (2001) reforçam que:

Desenvolvimento local é um processo endógeno registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos capaz de promover o dinamismo econômico e melhoria da qualidade de vida da população. Representa uma considerável transformação nas bases econômicas e na organização social em nível local, resultante da mobilização das energias da sociedade, explorando as suas capacidades e potencialidades específicas (Buarque, 1999, p. 23-24) [grifos no original].

Como visto, os territórios onde são criadas e circulam moedas complementares e sociais são diversos, e não necessariamente empobrecidos. Há moedas que circulam em bairros de grandes cidades (como as Palmas e a *Sol-Violette*), pobres ou não, em pequenas e médias cidades (a *L'abeille* francesa, a RES Belga e a *Chiemgauer* na Alemanha); há sistemas integrados em países (como o Sistema Sol na França e o Regiogeld na Alemanha) e sistemas que ultrapassam as fronteiras entre nações. Encontramos ainda moedas circulando em grupos e redes sem território definido, pelo interesse em trocar bens e serviços (como os clubes de trocas de modo geral, os SELs e os LETs).

No entanto, no caso das moedas sociais brasileiras criadas por BCDs, a maioria se restringe a circular em territórios empobrecidos, notadamente pequenos municípios, bairros ou comunidades tradicionais (quilombolas, pescadores etc.). Apesar de algumas experiências possuírem nítida orientação política e ideológica ligadas à economia social e solidária, à valorização da reciprocidade e mesmo à crítica ao modo de vida do sistema capitalista atual, o objetivo primeiro do uso destes circulantes locais associado ao microcrédito é de desenvolvimento local.

Os métodos e técnicas de circulação das moedas complementares e sociais também são diversos. Algumas moedas são impressas e outras apenas numéricas ou virtuais (sistemas de créditos e débitos). Algumas experiências indexam a moeda à moeda nacional e constroem um sistema de concessão de crédito e outros projetos sociais (moedas sociais dos BCDs, algumas do sistema *Sol* e as PECE, em Honduras); outras ainda possuem sistema de oxidação ou desvalorização periódica do valor (como a *Sol-Violette* e a *Chiemgauer*); outras são indexadas a outras unidades, como o tempo (os *Time Dollars* e bancos do tempo japoneses) ou bônus de fidelidade para compras ecologicamente corretas (como a *Nu-Spaarpas*, em Rotterdam).

As moedas sociais nos BCDs brasileiros são impressas e diretamente atreladas ao Real (relação um para um). Ao se associar com o microcrédito, seu uso permite aumentar a circulação de riqueza na rede associada, privilegiando os empreendimentos e a produção local. A ideia é formar uma ampla rede de trocas interna usando um papel moeda simbolicamente diferente e com um papel pedagógico importante. Apesar do uso das moedas sociais dos BCDs volta-se para dentro da comunidade, o processo de criação e de consolidação destas experiências contam, tipicamente, com intervenções externas. Apesar de grande parte das moedas sociais ainda serem impressas, já existem moedas sociais digitais ou eletrônicas (Melo, 2018; Rondônia, 2018), essa pode ser uma alternativa para a diminuição dos custos de operação dos BCDs. Buarque (1999, p.23-24) concorda que em processo de desenvolvimento local [...] “apesar de constituir um movimento de forte conteúdo interno, o desenvolvimento local está inserido em uma realidade mais ampla e complexa com a qual interage e da qual recebe

influências e pressões positivas e negativas”. Segundo Oliveira *et al.* (2018, p.454) “[...]as moedas sociais podem ser utilizadas com a finalidade estratégica de enfrentar os problemas da escassez de dinheiro associada à dinâmica econômica concentradora de riqueza”, esse caminho tem o potencial de promover “[...] a ativação das capacidades produtivas locais e contribuindo com o desenvolvimento socioeconômico das comunidades”.

Sendo assim, o processo de endogenização, principalmente no que diz respeito à “mobilização das energias” locais, não se dá, na maioria das vezes, sem um considerável esforço externo. Experiências de desenvolvimento local, tanto européias quando latino americanas, como salienta Dallabrida (2000), resultaram não somente de injeção de recursos financeiros, mas também da potencialização de recursos do próprio local.

Neste aspecto, o Estado tem um papel importante de fornecer meios para a mobilização dessas energias sociais (Ribeiro, Mendonça e Guedes, 2002; Martinelli e Joyal, 2004). Como salienta Boisier (2000, p. 175), ao se referir ao “desenvolvimento de baixo para cima”, o processo de desenvolvimento local se inicia a partir da identificação de políticas públicas mais próximas e adequadas ao local ao qual se destinam.

No caso da implementação e do uso de moedas sociais são, notadamente, as organizações da sociedade civil que se articulam e estão à frente do processo. No entanto, há casos que contam com a atuação direta de governos locais (como a *Sol-Violette*) e mesmo financiamento de projetos nacionais (como a constituição da rede de BCDs no Brasil, que contou com o apoio e o financiamento da Senaes/MTE). Há ainda casos em que as próprias coletividades ou grupos criam seus meios circulantes locais (como as Palmas e os *Time Dollars*) e há ainda os que evitam parcerias com o poder público (como alguns SELs franceses). No entanto, de modo geral, identifica-se que uma combinação de parcerias entre diferentes atores institucionais e pessoas tem sido a prática constante para criação de moedas complementares e sociais no mundo inteiro.

Em processos de desenvolvimento local, existem numerosas formas de associação de atores locais e instituições que funcionam mais na base de relações de confiança de caráter implícito, compartilhando uma finalidade comum, como o desenvolvimento econômico ou do emprego em nível local. O uso de moedas sociais nos territórios contribui para reforçar as relações de confiança locais ao se formar uma rede de aceitação da moeda que é própria da comunidade. Nesse sentido, pode-se ressaltar a preocupação com fatores que não são exclusivamente de caráter econômico, mas também com aspectos extra-econômicos, como os sociais e os culturais, os quais são vistos como facilitadores do desenvolvimento local (Llorens, 2001; Ribeiro, Mendonça e Guedes, 2002).

A forma como as moedas sociais são gerenciadas e controladas aponta para essa integração de atores locais pois, em maior ou menor grau, a gestão da moeda e as decisões em torno do seu funcionamento contam com espaços democráticos de discussão. Nestes espaços, os atores envolvidos são, de alguma forma, representados (moedas do sistema *Sol*). Em outras situações, os usuários se envolvem diretamente (clubes de troca e SELs) e, em outras, há uma organização que centraliza a gestão da rede de trocas (gestão de uma central de créditos e débitos, como nos LETs e nos bancos do tempo). Alguns sistemas contam com o apoio de governos locais, cooperativas de crédito, empresas privadas, ONGs e

redes de diferentes níveis para a tomada de decisão em relação à circulação da moeda. No entanto, o processo de gestão da circulação (registros, controles, emissões etc.) tipicamente fica a cargo de uma organização da sociedade civil ou associação que faz a gestão cotidiana do circuito e do cadastro de usuários (como a ONG *Folie da Sol-Violette*, os BCDs no Brasil, a associação de bairro Pulmarejo, no caso das *Pulmas* em Sevilla).

Bandeira (2000) indica a importância da participação e interação dos atores locais durante o processo de desenvolvimento local. As relações comunitárias podem revelar potencialidades para a efetivação dos esforços de desenvolvimento local. No entanto, precisam ser articuladas e fortalecidas pela promoção de processos participativos implementados por instituições, programas ou projetos de intervenção (Sen, 2000). Sendo assim, os processos de criação, uso e gestão de moedas sociais pelas comunidades revelam sua capacidade de auto-organização bem como tem servido para alavancar e dinamizar recursos do território.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O uso de moeda sociais pode ser visto como um instrumento para dinamizar as potencialidades dos territórios e potencializar processos de desenvolvimento local. O potencial das moedas sociais dos bancos comunitários no Brasil atrelado ao microcrédito, se configura por promover um certo equilíbrio entre a produção e o consumo de caráter local. Sendo assim, vislumbra-se a possibilidade de um outro tipo de desenvolvimento, voltado para práticas solidárias, baseadas em relações de confiança que são reforçadas com o uso de uma moeda própria, criada pelos membros da comunidade e com um forte papel simbólico, político e pedagógico. Nesse sentido, ao invés das atividades econômicas no local se basearem na busca da satisfação exclusiva de interesses materiais e na competição, fundamentam-se numa lógica também voltada para o social, para o comunitário. A nosso ver, a principal potencialidade do uso da moeda social é justamente o seu caráter restrito em termos de espaço geográfico. Uma vez que ela só é aceita dentro do território, ali ela circula e propicia o acesso de bens e serviços pelos membros da comunidade.

As potencialidades do uso de moedas sociais pelos BCDs nos territórios podem ser resumidas em três pontos principais: a) a **construção conjunta da oferta e da demanda**, pois as relações entre produtores-consumidores permitem identificar os “prosumidores”, ou seja, agentes de uma economia onde a oferta e a demanda são planejadas e internamente em espaços públicos de discussão e com base nas demandas reais do território. Esse processo permite a existência, dentro do mesmo espaço e ao mesmo tempo, de diferentes lógicas de comportamento econômico, para além do interesse individual e material. Assim, coexistem, por exemplo, a prestação de serviços (lógica mercantil), a captação de recursos públicos (lógica não mercantil) e as ações voluntárias e solidárias (lógica não monetária); b) permitem inaugurar um **novo tipo de relação com o dinheiro**, traduzida na tentativa de restaurar vínculos sociais degradados e propor um “novo tipo de organização da vida econômica local” (França Filho e Cunha, 2009, p. 107), usando um termo dos autores, “construir um novo tipo de sociabilidade”, diferente daquela baseada nas trocas mercantis e no interesse único de satisfação pessoal e material. Por fim, c) parece ser um mecanismo com **utilidade social** (ou mais valia social), uma especificidade que marca os BCDs e suas moedas sociais

como organizações únicas e legítimas nos territórios por sua maneira de atuar e pelos benefícios, diretos e indiretos, resultantes de cada experiência local e de suas particularidades.

A título de agenda de pesquisa, notamos que esse conjunto complexo de moedas complementares e sociais e, especificamente, o conjunto de moedas sociais (ou cidadãs) exige um arcabouço teórico e conceitual que possibilite compreender este campo de práticas. Na antropologia econômica, podemos encontrar um arcabouço de análise apropriado, tanto pela amplitude que oferece ao entendimento sobre os usos da moeda, quanto pela ênfase dada às relações sociais e locais (notadamente as culturais e políticas). Encontramos ainda um campo fértil para estudos e pesquisas mais específicos da gestão, tendo em vista a diversidade de atores envolvidos e os modos de governança particulares (notadamente os coletivos) que algumas experiências prezam.

Outra lacuna potencial de pesquisa foi explorada por Diniz, Cernev e Nascimento (2016) em relação à moedas sociais digitais, usadas por meio de aplicativos de celular. Rondônia, em abril de 2018 já contava com a moeda social digital em 11 municípios e tem planos de incluir outras cidades (RONDÔNIA, 2018). Outro exemplo é a cidade de Maricá, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, que iniciou suas atividades em julho de 2013. O Banco Mumbuca já nasceu digital e a prefeitura usa a moeda social para repassar os valores referentes à renda mínima do município (os recursos são oriundos dos *royalties* de Petróleo) aos cidadãos. (MELO, 2018)

Finalizando, é importante frisar que as moedas sociais podem ter um papel importante, tanto na melhoria da distribuição de renda, como na inclusão financeira das camadas mais vulneráveis da população. Dessa forma, as moedas sociais e os próprios BCDs, se configuram como alternativas para o desenvolvimento endógeno e sustentável de comunidades.

Challenges and potentialities of complementary currencies: exploring their use and meaning for development

ABSTRACT

The purpose of this article is to present the use of social currencies as potential local development mechanisms. From various experiences of using social and complementary currencies in the world, we focused the social currencies of the Community Development Banks in Brazil to detail the way the local currency circuit works. The information and analyzes undertaken here were based on a broad literature review and documentary analysis, as well as an ethnographic research in January 2012. Our reflection and research allows us to point out the possibilities for changes and socioeconomic reorganization in the territories where the currencies are used. The potentialities of the use of social currencies by BCDs in Brazil are associated with the joint construction of supply and demand, where supply and demand are planned and decided by themselves in public discussion spaces; to a new kind of relation with money, translated in the attempt to restore degraded social bonds; and seems to be a socially useful mechanism for its way of acting and for the benefits resulting from each experience.

KEYWORDS: Social Currency. Local Development. Community Banks.

NOTAS

¹ A relação dos 114 BCDs pode ser acessada em:
<http://www.institutobancopalmas.org/rede-brasileira-de-bancos-comunitarios/>

² Desde novembro de 2015, os BCD brasileiros estão representados pela Associação Nacional de Bancos Comunitários de Desenvolvimento, atendendo pelo nome fantasia de Banco Nacional das Comunidades, da qual pode-se afirmar que conduziu para um via formal-legal a Rede Brasileira de Bancos Comunitários. Mais informações podem ser acasadas em:
<http://www.institutobancopalmas.org/banco-nacional-das-comunidades/>

³ O Edital pode ser acessado no *site*:
http://www.trabalho.al.gov.br/editais/economia-solidaria-edital-02/ANEXO%20I%20SENAES_002_2011.pdf Calibri 11 pt, justificado.

¹ A relação dos 114 BCDs pode ser acessada em:
<http://www.institutobancopalmas.org/rede-brasileira-de-bancos-comunitarios/>

¹ O termo Tecnologia Social foi difundido na década de 1970 com apoio do economista Ernest Friedrich que enfatiza a tecnologia como centrada nas pessoas e como uma solução contra a pobreza e como uma forma de promover o desenvolvimento dos países. A diferença mais importante que distingue Tecnologia Social de outras concepções de Tecnologia é que o processo de geração e difusão de conhecimento ocorre com participação de atores locais (DAGNINO et al., 2004).

¹ A Senaes foi criada em 2003 no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva tendo como secretário o professor Paul Singer. Esteve vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) até 2016, buscando apoiar diretamente a geração de trabalho e renda no Brasil através da Economia Solidária. No governo Michel Temer (2016-2018) a secretaria começa a perder força e recursos tendo sido transformada em sub-secretaria. No governo atual, a Senaes (e a economia solidária) perdem ainda mais, tendo sido transformada em departamento dentro do Ministério da Cidadania

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, P. Participação, articulação de atores sociais e desenvolvimento regional, *in* BECKER, D. F.; BANDEIRA, P. S. **Desenvolvimento regional-local: determinantes e desafios contemporâneos**. EDUNISC: Santa Cruz do Sul, 2000, p.23-128.

BEATRIZ, M. Z.; OLIVEIRA, J. A.; MARCHI, L.; BUENO, G.; CARNEIRO, G. Moeda social: possibilidades e limites – reflexões a partir da implantação do Ecobanco em uma Feira de Economia Solidária. **Otra Economía**, v.10, n.19, p.198-207, julho-dezembro de 2016.

BLANC, J. Las monnaies parallèles: évaluation du phénomène et enjeux théoriques. **Revue d'économie financière**, n. 49, 1998, p.81–102. Disponível em: <<http://www.aef.asso.fr>>. Acesso 01 jul. 2010.

BOISIER, S. Desarrollo (local): De qué estamos hablando?, *in* BECKER, D. F.; BANDEIRA, P. S. **Desenvolvimento regional-local: determinantes e desafios contemporâneos**. EDUNISC: Santa Cruz do Sul, 2000, p.151-185.

BRASIL. **Clubes de troca**, Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/sobre/cidadania/economia-solidaria/clubes-de-troca>>. Acesso 28 jan. 2019.

BUARQUE, S. C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável**. 2 ed. Recife: IICA, 1999.

BÚRIGO, F. L. **Moeda social e circulação de riquezas na economia solidária**. 2002. Disponível em: http://money.socioeco.org/documents/67pdf_Moeda.pdf. Acesso em 29 ago. 2010.

CARNEIRO, Gisele; BEZ, Antônio C. **Clubes de Trocas: rompendo silêncio, construindo outra história**. 2. ed. rev., Curitiba: Editora Popular: CEFURIA, Cap. 2, p. 13-28, 2011.

CEFÚRIA - CENTRO DE FOMAÇÃO URBANO RURAL IRMÃ ARAÚJO **Relação dos clubes de troca [em Curitiba]: com municípios, bairros, dias e horários de funcionamento**. Disponível em: <<http://www.cefuria.org.br/doc/clubes.pdf>>. Acesso 26 fev. 2013.

COLLIAC, S. Monnaies parallèles provinciales et fédéralisme budgétaire em Argentine. **Revue d' économie financière**, n. 81, 2005, p.1-20.

DAGNINO, R. P., BRANDÃO, F. C., NOVAES, H. T. N. Sobre o marco analítico-conceitual da tecnologia social *in* LASSANCE, A.; PEDREIRA, J. **Tecnologia Social: uma estratégia para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil. 2004.

DALLABRIDA, V. R. Sustentabilidade e endogenização: novos paradigmas para o desenvolvimento regional *in* BECKER, D. F.; BANDEIRA, P. S. **Desenvolvimento regional-local: determinantes e desafios contemporâneos**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000, p.187-228.

DINIZ, E. H.; CERNEV, A. K.; NASCIMENTO, E. Mobile social money: an exploratory study of the views of managers of community banks. **Rev. Adm.** (São Paulo), v. 51,

n. 3, p. 299-309, Set. 2016. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-21072016000300299&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 28 jan. 2019.

FAIRE MOUVEMENT: SYNTHÈSIS DES DÉBATS **Relatório do Rencontre Internationale des Acteurs des Monnaies Sociales et Complémentaires I.** Lyon, França, 2011. Disponível em <monnaieendebat.org>. Acesso 15 jan. 2013.

FRANÇA FILHO, G. C.; CUNHA, E. V. Incubação de redes locais de economia solidária: lições e aprendizado a partir da experiência do projeto Eco-Luzia e da metodologia da ITES/UFBA. **Organizações & Sociedade**, v.16, n.51, 2009, p.725-747.

_____.; RIGO, A. S.; LEAL, L. P. Moedas sociais e território na experiência dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento, Congresso Internacional da Associação Latinoamericana de Sociologia, 28. Recife, **Anais...**, 2011.

FREIRE, M. V. Social economy and central Banks: legal and regulatory issues on social currencies (social money) as a public policy instrument consistent with monetary policy. **International Journal of Community Currency Research**, v.13, 2009, p. 76-94.

FREIRE, M. V. Moedas sociais: contributo em prol de um marco legal e regulatório para as moedas sociais circulantes locais no Brasil. (Tese de Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Direito, Estado e Constituição da Universidade de Brasília, 2011.

LIETAER, B.; KENNEDY, M. **Monedas regionales: nuevos instrumentos para una prosperidad sustentable.** s/l: La Hidra de Lerna Ediciones, 2010.

LLORENS, F. A. Novas políticas territoriais e funções da gestão local do desenvolvimento. *in* **Desenvolvimento econômico local: caminhos para a construção de uma nova agenda política.** Rio de Janeiro: BNDES, 2001, p.135-160.

MARTIGNONI, J. A new approach to a typology of complementary currencies. **International Journal Community Currency Research**, v.16, 2012, p.1-17.

MARTINELLI, D. P.; JOYAL, A. **Desenvolvimento Local e o papel das pequenas empresas.** São Paulo: Manole, 2004.

MELO, L. Mumbuca: moeda social eletrônica. Projeto Colabora, 2018. Disponível em <<https://projetocolabora.com.br/inclusao-social/mumbuca-a-primeira-moeda-social-eletronica-do-pais/>>. Acesso em 28 jan. 2019.

MELO NETO, J. J.; MAGALHÃES, S. Bancos Comunitários. Mercado de trabalho. **IPEA**, n.41, 2009, p.21-26.

MENEZES, M. S. **Moedas locais**: uma investigação exploratória sobre seus potenciais como alternativa à exclusão financeira a partir do caso do Banco Bem em Vitória/ES. (Dissertação de Mestrado) Cedeplar/UFMG, Belo Horizonte, 2007.

MENEZES, M. S.; CROCCO, M. A. Sistemas de Moedas locais: uma investigação sobre seus potenciais a partir do caso do Banco bem em Vitória/ES. **Economia e Sociedade**, v.18, n.2, v.36, 2009, p.371-398.

NEIVA, A. C. ; BRAZ, J. O.; NAKAGAWA, C. T.; MASCARENHAS, T. S. Banco Palmas: resultados para o desenvolvimento comunitário e a inclusão financeira e bancária. *in* NESOL/USP - NÚCLEO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO; INSTITUTO PALMAS. **Banco Palmas 15 anos**: resistindo e inovando. São Paulo: A9, 2013, p. 105-178.

NUNES, R. E. S. A nova economia das Redes Solidárias. **Jornal dos Economistas do Estado do Rio de Janeiro**, ago. 2001, p.4 Disponível em: <https://doczz.com.br/doc/169352/moeda-social>. Acesso 28 jan 2018.

OLIVEIRA, E. G.; BENINI, E. G.; ESTIVAL, K. S. G.; NEMIROVSKY, G. G.; NASCIMENTO, D. F. Moedas Sociais e Suas Contribuições em Comunidades Economicamente Precarizadas: Um Estudo Exploratório da Experiência do Projeto Pet Mania em Campo Grande – MS. **Desenvolvimento em Questão**, v. 16, n. 43, p. 453-486, 2018.

OLIVEIRA, V. M.; CORREIA, S. E.N.; GOMEZ, C. R. P. Inovações Sociais como Meio de Promoção do Consumo Sustentável: Possibilidades e Desafios. **Desenvolvimento em Questão**, v. 16, n. 44, 2018, p.1-25. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=75256208014>. Acesso em 29 jan. 2019.

RIBEIRO, C.; MENDONÇA, P.; GUEDES, P. Modelos organizacionais para o desenvolvimento local integrado e sustentável: o estudo de caso do SEBRAE/BA. In: Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração, 26, Salvador, 2002. **Anais...**, Salvador: ANPAD, 2002.

ROCARD, M. Prefácio. *in* LIETAER, B. E KENNEDY, M. **Monedas regionales**: nuevos instrumentos para una prosperidad sustentable, s/l. La Hidra de Lerna Ediciones, 2010.

RONDÔNIA. SECOM. Mais dois municípios de Rondônia vão contar com a moeda social digital, uma iniciativa do governo que concentra os recursos na própria região. **Newsrondonia**, 18/04/2018. Disponível em <

<https://www.newsrondonia.com.br/noticias/mais+dois+municipios+de+rondonia+vao+contar+com+a+moeda+social+digital+uma+iniciativa+do+governo+que+concentra+os+recursos+na+propria+regiao/109316>>. Acesso em 28 jan. 2019.

SCHROEDER; R. F. H.; MIYAZAKI, Y.; FARE, M. Community currency research: an analysis of the literature. **International Journal Community Currency Research (IJCCR)**, v.15, section A, 2011, p.31-41.

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA JÚNIOR, J. T. As experiências de bancos comunitários como ação de finanças solidárias para o desenvolvimento territorial. Colóquio Internacional sobre Poder Local, 10, Salvador: UFBA. **Anais...**, 2006, p. 1-16.

_____. Bancos comunitários e desenvolvimento territorial: analisando as singularidades destas experiências de microfinanças solidárias. **Cadernos Gestão Social**, v.1, n.1, 2007, p.34-51, Ed. Especial.

_____. **Avaliação de impacto e imagem: Banco Palmas: 10 anos**. Fortaleza: Arte Visual, 2008.

_____. **Utilidade social e finanças solidárias: uma proposta de avaliação dos bancos comunitários de desenvolvimento brasileiros**. (Tese de doutorado), Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia: Salvador, 2016.

SOARES, C. L. B. **Moeda social: uma análise interdisciplinar das suas potencialidades no Brasil contemporâneo**. (Tese de Doutorado) Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFSC, Florianópolis, 2006.

ⁱ A relação dos 114 BCDs pode ser acessada em: <http://www.institutobancopalmas.org/rede-brasileira-de-bancos-comunitarios/>

ⁱⁱ O termo Tecnologia Social foi difundido na década de 1970 com apoio do economista Ernest Friedrich que enfatiza a tecnologia como centrada nas pessoas e como uma solução contra a pobreza e como uma forma de promover o desenvolvimento dos países. A diferença mais importante que distingue Tecnologia Social de outras concepções de Tecnologia é que o processo de geração e difusão de conhecimento ocorre com participação de atores locais (DAGNINO et al., 2004).

ⁱⁱⁱ A Senaes foi criada em 2003 no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva tendo como secretário o professor Paul Singer. Esteve vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) até 2016, buscando apoiar diretamente a geração de trabalho e renda no Brasil através da Economia Solidária. No governo Michel Temer (2016-2018) a secretaria começa a

perder força e recursos tendo sido transformada em sub-secretaria. No governo atual, a Senaes (e a economia solidária) perdem ainda mais, tendo sido transformada em departamento dentro do Ministério da Cidadania.

Recebido: 14 ago. 2018

Aprovado: 15 mar. 2019

DOI: 10.3895/rts.v15n38.8688

Como citar: RIGO, A. S.; *et al.*, Desafios e potencialidades das moedas complementares: explorando sua utilização e significado para o desenvolvimento. **R. Technol. Soc.**, Curitiba, v. 15, n. 38, p. 303-321, out./dez. 2019. Disponível em: <<https://periodicos.utfpr.edu.br/rts/article/view/8688>>. Acesso em: XXX.

Correspondência:

Ariadne Scafolni Rigo

Direito autoral: Este artigo está licenciado sob os termos da Licença Creative Commons-Atribuição 4.0 Internacional.

